

A EMIGRAÇÃO DO DISTRITO DE VISEU EM DIRECÇÃO AO BRASIL (1854-1973)

Paula Marques dos Santos

INTRODUÇÃO

Do Governo Civil de Viseu, entidade responsável e que centraliza, desde meados do século XIX a emissão dos passaportes, foram enviados para o Arquivo Distrital de Viseu os livros de registo de passaportes desde 1854 até 1983, bem como todo o acervo documental referente à emigração de Viseu, englobando os processos individuais de emissão de passaportes, entre outra documentação. É essencialmente através destes livros de registos que podemos desenvolver um estudo estatístico fidedigno e contínuo acerca das vagas migratórias deste distrito em direcção ao Brasil. Relativamente aos processos referentes à cedência dos passaportes aos cidadãos são ainda hoje de difícil levantamento e tratamento estatístico. De facto, conseguir estabelecer uma ordem cronológica e proceder ao levantamento desta fonte documental é extremamente complexo e moroso, já que estes se encontram agrupados e mal acondicionados em caixas e, até ao momento, não foram alvo de qualquer tratamento ou ordenação.

Genericamente, podemos então dizer que o Fundo Documental do Governo Civil é composto pela documentação abaixo indicada, donde destacamos os livros de registo de passaportes e os processos de emissão de passaportes como fontes primordiais para o conhecimento da saída de indivíduos deste distrito em direcção ao Brasil.

Quadro n.º 1 – Fundo do Governo Civil de Viseu – Arquivo Distrital de Viseu

Designação da série	Datas extremas	Unidades de instalação
Mapas do número de passaportes conferidos	1872-1881	1 Documento
Processos de emissão de passaportes	1956-1988	Cerca 185.000 processos
Registo de passaportes	1854-1983	131 Livros
Relação de indivíduos a quem foram concedidos passaportes para o estrangeiro com licença militar	1942-1946	36 Documentos
Relação dos emigrantes que solicitaram passaporte por intermédio de agentes de emigração	1905-1912	26 Documentos

Apesar do envio de toda a documentação referente à emigração¹ do distrito para o Arquivo Distrital, existem lacunas temporais dos livros de registos extremamente importantes e que, por isso, não nos permitem uma caracterização completa e definitiva de determinados períodos. Por exemplo, entre Novembro de 1905 e Janeiro de 1914, não temos qualquer livro de registos, o que, num período onde se verifica uma enorme aumento na concessão de passaportes em Portugal, torna ainda mais difícil uma real caracterização desses contingentes de indivíduos que saíram da região. Tais lapsos documentais verificam-se nas seguintes datas:

- de 28/07/1899 até 04/07/1900;
- de 31/10/1905 até 09/01/1914;
- de 21/12/1919 até 03/01/1922;
- de 13/04/1924 até 01/11/1927;
- de 31/12/1947 até 02/07/1949;
- de 21/06/1967 até 02/03/1968;
- de 31/01/1970 até 30/12/1970.

Consideramos que estas lacunas nos livros de registos poderão ser colmatadas através, como analisaremos adiante, do levantamento e tratamento da segunda grande fonte documental – os processos de emissão de passaportes, fonte que até ao momento, apesar da sua relevância (cerca de 185 000 registos), não se encontra inventariada nem devidamente organizada.

1. OS CONTINGENTES MIGRATÓRIOS SEGUNDO OS LIVROS DE REGISTO DE PASSAPORTE

Depois de um rápido crescimento demográfico que verificamos no distrito de Viseu já desde meados do século XV, fomentado pelas actividades agrícolas e comerciais, entramos na segunda metade do século XIX numa fase de maior moderação desse crescimento, fruto não só de crises agrícolas², mas ainda da consequente instabilidade socioeconómica que assola grande parte da popula-

¹ Foi-nos possibilitado, por parte do Governo Civil de Viseu, o acesso ao arquivo ainda existente nas suas instalações, bem como a todos os officios que comprovam o envio da documentação para o Arquivo Distrital de Viseu. Nessa correspondência não é feita referência a quaisquer lacunas na seriação da documentação, tal como não existe qualquer documentação anterior a 1983 que tenha permanecido no Governo Civil. Todavia, não podemos fundamentar se os livros de registo em falta não foram efectivamente enviados ou se desapareceram posteriormente, dada a ausência de um controlo pormenorizado no momento da sua recepção no Arquivo Distrital de Viseu.

² Neste período, surgem diversas crises agrícolas, como são os casos da epidemia da filoxera, que a partir de 1872 destrói grande número de vinhedos, ou o desaparecimento da criação do bicho da sede, “uma boa fonte de riqueza que findou”, como escreve um abade do norte do distrito, sob o duplo efeito da orientação dos mercados consumidores da seda para regiões extra-europeias e da doença.

ção do distrito (falta de trabalho, falta de liquidez, fome e endividamento). É perante esta conjuntura de grande insegurança económica no distrito que entramos no século XX e que transcorre toda a primeira metade dessa centúria, com condições socioeconómicas precárias e que serão ainda mais fragilizadas com as consequências das duas guerras mundiais que se reflectem no acentuar da falta de empregabilidade e do endividamento de muitas famílias³.

Do período em análise (1854-1973), e salvaguardando os hiatos de tempo não contemplados pelos livros de registo de passaporte, foram levantados 90 293 registos de passaporte (Quadro n.º 1) deste distrito em direcção ao Brasil, o que, em muitas épocas, representa a quase totalidade de passaportes emitidos pelo Governo Civil do distrito. Quer dizer, a perseverança das vagas migratórias portuguesas (e de Viseu) para o Brasil, após a separação política dos dois Estados, permite criar, reforçar e manter as afinidades luso-brasileiras, concertar redes de apoio ao trabalho e tornar operativo o conceito de *arrumação* dos portugueses que chegavam pela primeira vez a terras brasileiras (Alves, 2003). Coadjuvando a tenacidade desses indivíduos, o aperfeiçoamento dos transportes e a facilidade crescente nas comunicações, ao longo dos dois últimos séculos, será mais um factor de estímulo que não podemos esquecer para a crescente mobilidade transatlântica de indivíduos, entre Portugal e o Brasil.

Essa mobilidade portuguesa foi realizada, como referimos, e essencialmente até à eclosão da crise depressiva de 1929 e à II Guerra Mundial, em direcção a terras americanas (especialmente para territórios com uma identidade linguística comum – o Brasil), tendo apenas nas décadas mais recentes (segunda metade do século XX) alterado o seu direccionamento. De facto, após a II Guerra Mundial, os movimentos migratórios do distrito de Viseu alteram o seu destino de eleição e reorientam-se para países europeus (com grande predominância da França).

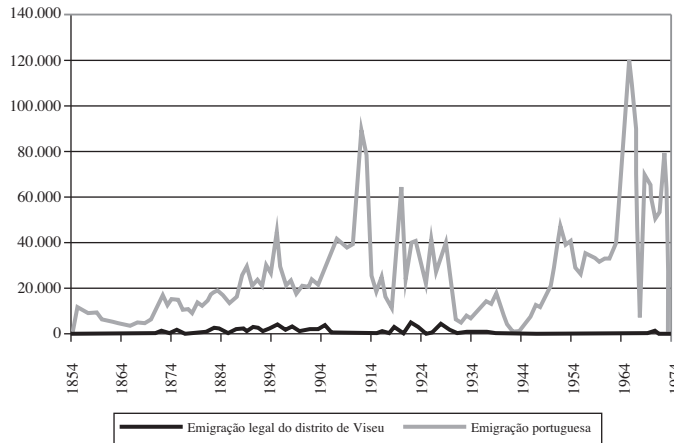
Se compararmos a emigração legal do distrito de Viseu do período em análise com os valores totais da emigração portuguesa, apresentados por Joel Serrão⁴, verificamos que a sua importância se relativiza, em termos quantitativos. De facto, dum total de 3 099 323 de indivíduos que saíram do país legalmente, e onde o Brasil aparece como país receptor por excelência até à década de 1960⁵, apenas 103 473 indivíduos solicitam passaporte no Governo Civil de Viseu, com destino para o Brasil, ou seja, cerca de 3.4% da emigração portuguesa total.

³ SANTOS, 2006a; 2007.

⁴ SERRÃO, 1974: 30-32.

⁵ SERRÃO, 1974: 43.

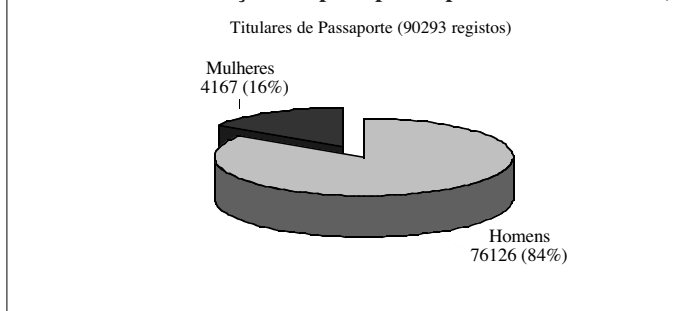
Gráfico n.º 1 – Comparação da emigração legal portuguesa com a emigração do distrito (1854-1973)



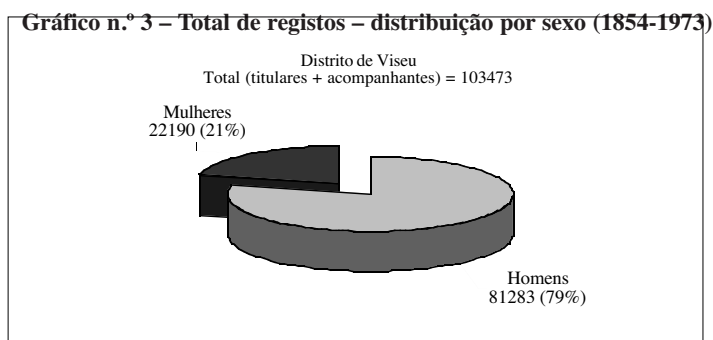
Fonte: SERRÃO, 1974

Apesar da relativa importância quantitativa, em termos gerais de movimentos migratórios, a caracterização destes fluxos regionais ganha nova centralidade, para a compreensão da própria evolução do distrito de Viseu e das condicionantes regionais que incentivaram e/ou retraíram esses mesmos movimentos de indivíduos. Desde as crises agrícolas até à dificuldade em conseguir trabalho noutras áreas económicas, passando pela dificuldade de acessibilidade de algumas zonas e ao aumento de desemprego como consequências de conjunturas nacionais e/ou internacionais, a emigração viseense reflecte todas essas condicionantes, aumentando ou diminuindo, alterando o seu destino de eleição e deixando a sua marca indelével na própria paisagem humana e socioeconómica de toda a região, pela fuga de grande parte da população em idade activa, ou até pelo regresso de emigrantes enriquecidos ou da emigração falhada.

Gráfico n.º 2 – Distribuição dos passaportes por sexo de titulares (1854-1973)



Se a este universo acrescermos o total de acompanhantes que verificamos, essencialmente até 1919⁶, o universo de registos ascende a um total de 103 473, onde predominam os indivíduos de sexo masculino (84%), face a apenas 16% de mulheres.



Como já referimos, as vagas migratórias deste distrito são influenciadas, não só pela conjuntura internacional e mundial de cada época, mas também pela própria velocidade de desenvolvimento económico da região, que entra em desaceleração a partir de meados da primeira metade do século XX. Mas curiosamente, apesar das dificuldades que afectam a maioria da população após as guerras mundiais, não verificamos um aumento da emigração viseense. Pelo contrário, no período entre guerras a emissão de passaportes diminui consideravelmente, essencialmente a partir da Grande Depressão de 1929, característica que se irá acentuar ainda mais após 1945, com a substituição do destino brasileiro por outros (europeus ou colónias africanas, essencialmente)⁷.

De facto, e se até 1929, verificamos um considerável número de emissões de passaportes com destino ao Brasil⁸, logo a partir de 1930 assistimos a uma queda abrupta do número de registos deste distrito⁹, que passa a contribuir com contingentes insignificantes em termos quantitativos. Esta discrepância que se faz sentir na emissão de passaportes pelo Governo Civil de Viseu para o Brasil deve-se ainda à nova conjuntura política que se estabelece nesse país. Ou seja, à crise que

⁶ É neste ano que a legislação portuguesa defende a adopção de passaportes individuais em detrimento dos passaportes colectivos, geralmente utilizados para familiares directos (por exemplo, quando os filhos acompanhavam um dos seus pais).

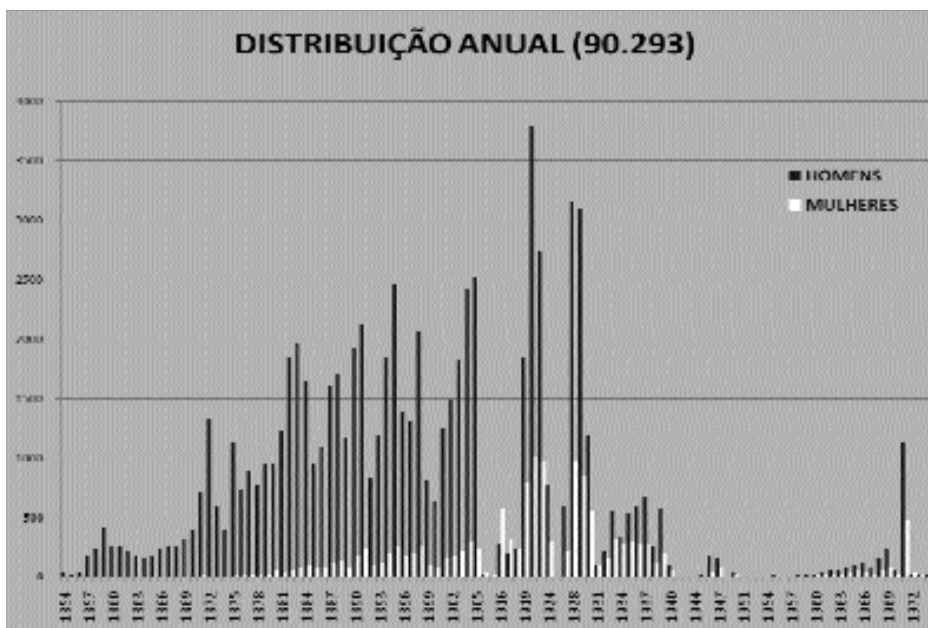
⁷ A falta de meios para garantir o êxito de tal empreendimento (compra do passaporte e das passagens e da subsistência do país de destino nos primeiros tempos), a diminuição da população activa, bem como as tentativas governativas de controlar, dentro do possível, as vagas emigratórias, quantitativa e qualitativamente, concedendo apenas subvenções àqueles que se destinavam às colónias ultramarinas portuguesas, constituirão algumas das principais condicionantes para tal decréscimo e comprovam as dificuldades que se sentiam globalmente nos contactos intercontinentais e que afectam migratórios em direcção ao Brasil (SANTOS, 2007).

⁸ No ano de 1920 temos um total de 3 964 registos, e no ano de 1928, um total de 4 129.

⁹ Em 1930 temos um total de 1 759 e em 1931, um total de 211 registos.

passa a marcar todo o sistema internacional com o *crash* da Bolsa de Nova Iorque em 10 de Outubro de 1929, alia-se ainda a adopção de uma legislação extremamente restritiva e nacionalista¹⁰ por parte do Governo de Getúlio Vargas, que entretanto ascendera ao poder e implementará o Estado Novo no Brasil.

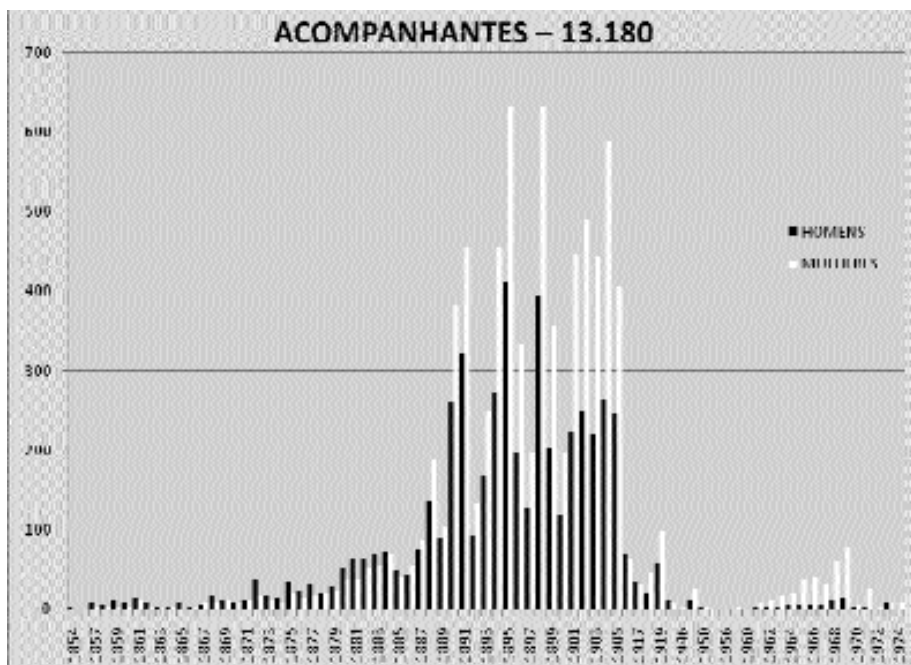
Gráfico n.º 4 – Total de registos – distribuição por sexo e ano (1854-1973)



Embora sejam os homens a dominar enquanto titulares de passaportes, tal situação inverte-se quando analisamos a tipologia dos acompanhantes, onde as mulheres predominam (8023 indivíduos) em detrimento dos homens (apenas 5157 indivíduos). Tal situação compreende-se pelo facto de, além de grande número de filhos que viajam como acompanhantes, muitas vezes também as próprias mulheres iam nessa qualidade nos passaportes dos respectivos maridos, bem como as respectivas ascendentes.

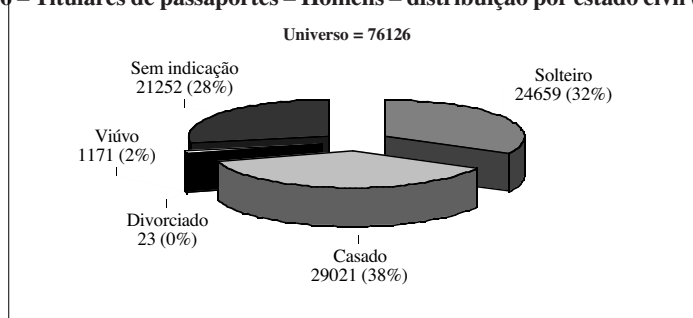
¹⁰ Esta legislação restritiva destinava-se não só à entrada de novos imigrantes, mas também à permanência dos que já aí se encontravam, bem como à sua redistribuição geográfica, em termos nacionais, procurando direccionar os estrangeiros para o interior do Brasil (grandes plantações).

Gráfico n.º 5 – Total de acompanhantes – distribuição por sexo e ano (1854-1973)



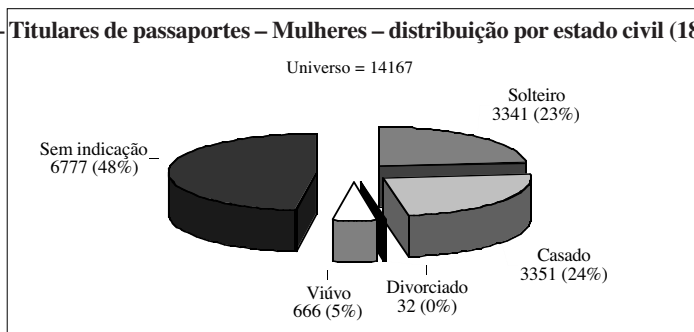
Apesar da ideia que apenas (ou maioritariamente) eram os homens, jovens e solteiros, que emigravam, com a principal justificação de fugir ao serviço militar e em busca de fortuna, os dados estatísticos referentes ao distrito de Viseu não corroboram esta tese, dado que cerca de 38% dos homens titulares de passaportes são casados. Devemos, no entanto ressaltar, que existem períodos nos quais escasseia esta informação, dado não ser um dado obrigatório no registo do passaporte, ficando ao critério do respectivo escrivão colocar essa indicação. Esta situação de ausência deste indicador verifica-se com maior incidência na década de 1870, bem como em inúmeros anos da primeira metade do século XX, abrangendo cerca de 28% do total de homens titulares de passaportes (21 252 registos). Os percentuais relativos a viúvos e divorciados são residuais.

Gráfico n.º 6 – Titulares de passaportes – Homens – distribuição por estado civil (1854-1973)



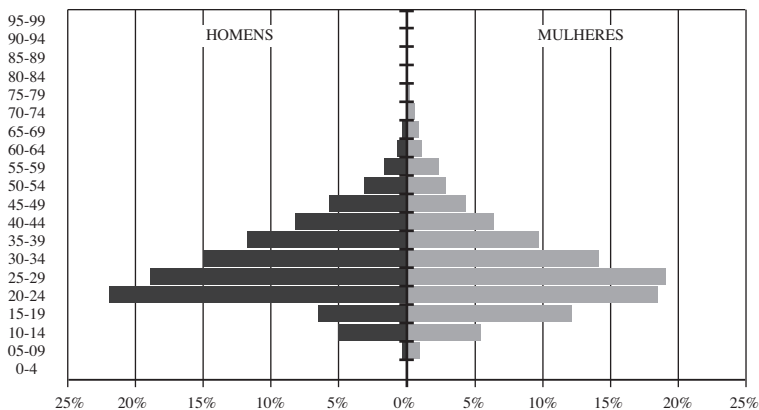
Relativamente às mulheres, titulares de passaportes, a ausência de indicação do estado civil é ainda mais acentuada (48%), sendo que o percentual entre mulheres solteiras e casadas é semelhante, além dos 5% de mulheres viúvas¹¹.

Gráfico n.º 7 – Titulares de passaportes – Mulheres – distribuição por estado civil (1854-1973)



Em termos de distribuição etária, dos titulares de passaporte, verificamos e confirmamos a tendência do predomínio de jovens, entre os 20 e 29 anos a emigrarem, ressaltando ainda a ideia que as jovens mulheres entre os 15 e os 19 eram em maior número que os homens dessa faixa etária.

Gráfico n.º 8 – Titulares de passaportes – Pirâmide Etária (1854-1973)

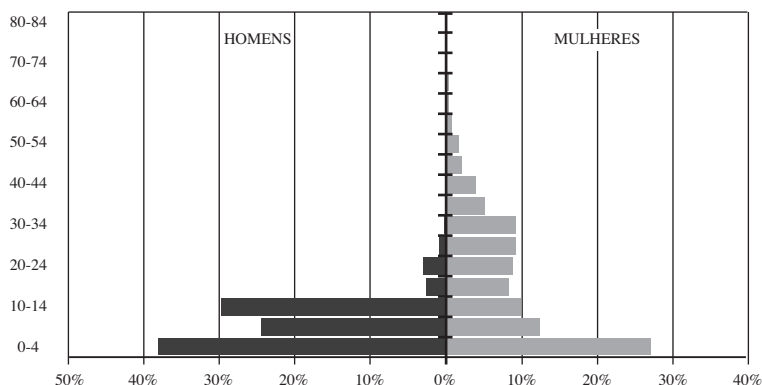


Relativamente aos acompanhantes, verificamos um grande alteração na sua distribuição etária, com uma acentuada predominância das crianças e adolescentes, de ambos os sexos, o que reforça a ideia dos filhos viajarem quase sem-

¹¹ Tal situação provém de, quando os seus filhos(as) emigram, mesmo que já casados, levam na sua companhia as suas mães e/ou sogras. Por exemplo, em muitos casos constatamos que a mulher casada, quando viaja para ir ao encontro do seu marido, já estabelecido no Brasil, leva em sua companhia, além dos filhos, mas também a sua mãe ou a sua sogra (geralmente quando já estavam viúvas).

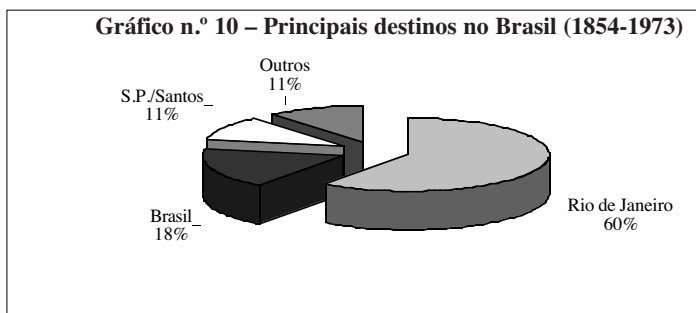
pre com acompanhantes aditados nos passaportes dos seus pais. Além disso, surgem ainda mulheres que acompanham os seus maridos, ou outros familiares (sobrinhos, pais, sogros, entre outros), bem como alguns empregados (criados e governantas, entre outros).

Gráfico n.º 9 – Acompanhantes – Pirâmide Etária (1854-1973)



Embora o distrito de Viseu seja uma região de interior, sem ligação directa ao Oceano, o registo de passaportes indica o porto pelo qual se faria a saída do país (geralmente pelo porto de Leixões), bem como o local para onde se destinavam os mesmos indivíduos. No caso do Brasil, verificamos uma predominância do Rio de Janeiro. Não podemos, no entanto, afirmar que esses indivíduos ficassem efectivamente neste Estado brasileiro. De facto, cremos que o Rio de Janeiro, tal como São Paulo/Santos, seriam essencialmente os portos de entrada no país, e a maioria dos emigrantes portugueses ver-se-ia obrigada a encaminhar-se para outros Estados do país, essencialmente interiores (apesar da preferência pela residência nestes grandes centros urbanos brasileiros).

Gráfico n.º 10 – Principais destinos no Brasil (1854-1973)



A distribuição dos titulares de passaporte pelas diversas proveniências demonstra ainda que o principal fornecedor de indivíduos para a emigração em direcção ao Brasil é o próprio concelho de Viseu.

Mapa n.º 1 – Distrito de Viseu (configuração actual)

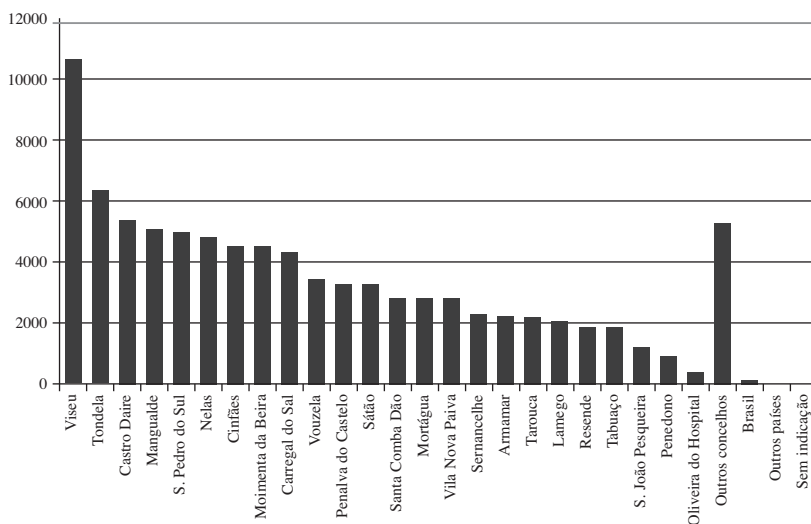


Poder-se-ia considerar que seriam os concelhos mais longínquos do centro do distrito (e com maiores dificuldades socioeconómicas) a contribuir com maiores contingentes para a emigração, mas o concelho de Viseu destaca-se consideravelmente dos demais. De facto, em alturas de maiores dificuldades económicas (falta de trabalho e fome), muitos indivíduos contraíam dívidas ou vendiam os poucos bens que detinham para poder fazer face às despesas que acarretavam o pedido de passaporte para tentar a sua sorte no estrangeiro. E era na cidade, centro do distrito, e de maior densidade populacional, que a falta de trabalho afectava de imediato a população, que se distribuía essencialmente pelos sectores económicos dos serviços e do comércio. As populações dos concelhos mais distantes procuravam sair do país essencialmente em épocas de grandes crises agrícolas.

Existe ainda um número considerável de registos de passaporte de indivíduos que não são naturais do distrito de Viseu (5287 registos)¹². A concessão de passaporte a este tipo de cidadãos era autorizada, desde que os mesmos fizessem prova que residiam no distrito com carácter permanente (genericamente considera-se como residência permanente quem provasse residir pelo menos há um ano no distrito).

¹² Os indivíduos têm naturalidade de diversos pontos do país, desde concelhos limítrofes ao distrito de Viseu até outros mais distantes, como Lisboa, existindo ainda indivíduos com nacionalidades distintas da portuguesa, donde destacamos o Brasil (183 indivíduos), os EUA e as próprias colónias ultramarinas portuguesas, entre outros.

Gráfico n.º 11 – Titulares de passaporte – Naturalidade (1854-1973)



2. OS PROCESSOS DE EMISSÃO DE PASSAPORTE

Como referimos anteriormente, a única forma que temos para conseguir colmar todos aqueles períodos cronológicos dos quais desapareceram os respectivos livros de registos será através do levantamento e sistematização dos processos de emissão de passaporte (cerca de 185 000 processos). De facto, sempre que fosse solicitado um passaporte por qualquer indivíduo ao Governo Civil, iniciava-se um processo de recolha de dados que permitia a autorização da emissão, ou a sua recusa. Todavia, esta tarefa torna-se ainda mais complexa devido à falta de organização e de tratamento cronológico desta fonte documental.

Apesar dos documentos que constituíam esse processo não fosse sempre os mesmos ao longo do período da nossa análise, existem alguns documentos incontornáveis e que estão sempre presentes. A saber:

- A ficha identificativa – formulário do Governo Civil, no qual deviam constar todos os elementos identificativos de cada indivíduo, tais como: filiação, naturalidade, idade, sexo, estado civil (nem sempre estava presente este elemento), profissão, características físicas, identificação de eventuais acompanhantes, bem como a identificação das testemunhas abonatórias;
- Diversas declarações (tais como registo criminal, reconhecimento de assinaturas, assentos de baptismo e/ou de casamento) que anuissem a veracidade de todas as informações concedidas;
- Carta de chamada, sempre que fosse o caso do indivíduo requerente ir para o Brasil através dessa modalidade (para a companhia de familiares directos, já estabelecidos no Brasil).

A título exemplificativo, analisemos o processo n.º 4887 de 21 de Novembro de 1911 (período do qual não temos livros de registos). Este processo tem como requerente Maria Pinto (*ou* Maria de Jesus), 31 anos de idade, casada, lavradora, filha de Francisco Pinto e Benância de Jesus e natural de Ramires (concelho de Cinfães, distrito de Viseu). Além destes dados principais, procede-se na ficha identificativa a uma descrição pormenorizada da sua aparência física (“altura 1,48m, rosto comprido, cabelo castanho, sobrolhos castanhos, olhos castanhos claros, nariz regular, boca regular e cor natural”), bem como das suas três acompanhantes (suas filhas, Maria Francisca de oito anos, Camila de Jesus de cinco anos e Rita de três anos).

No final da ficha identificativa apresentam-se ainda o nome das testemunhas abonatórias (Manuel Pinto da Fonseca e José Ferreira Pinto de Oliveira), sendo-lhe apensas as declarações (reconhecimento das assinaturas das testemunhas e assentos de baptismo das filhas e assento de casamento da requerente), assim como a carta de chamada, enviada pelo marido Luís de Carvalho, residente em São Paulo e que serve, neste caso, como meio que possibilita a autorização da emissão deste passaporte colectivo pelas autoridades, já que comprova que o marido tinha residência fixa e trabalho em São Paulo, isto é, meios para sustentar a família: “Maria, resolvi mandar-te vir para esta terra juntamente na companhia da mãe visto o que ela mandou dizer. Eu te mando 100 mil reis para pagares as miudezas todas e as dívidas grandes irão mais tarde.”

Na carta demonstra-se ainda que existiam pessoas que, mesmo não sendo engajadores de emigrantes, nem estando estabelecidos como agência de emigração, ajudavam, com os seus conhecimentos, os novos emigrantes: “quando vieres (...) manda fazer uma bacia para lavar as roupas das crianças em cima do vapor e se não tu fala com o senhor Teixeira que ele te explica como deves fazer (...)”. E adverte ainda que no Brasil era necessário trabalhar muito para se poder vencer: “...aqui trabalha-se de noite e de dia”.

Através da análise deste tipo de documentação, deparamo-nos com a preocupação por parte das autoridades de efectuar um rastreamento cada vez mais eficaz de todos os indivíduos que solicitavam passaporte para emigrarem. De facto, com a legislação da I República Portuguesa denota-se uma maior atenção para com a necessidade de um maior controlo (e repressão) da emigração clandestina e com a autorização da emissão de novos passaportes, ou seja, com a tipologia de indivíduos que faziam parte desses movimentos migratórios. Pretendia-se, dessa forma, que os grupos de emigrantes tivessem as características que correspondessem às necessidades existentes de mão-de-obra nos países de destino, de forma a tentar evitar (ou pelo menos minimizar) a emigração falhada¹³.

¹³ A preocupação com a emigração fracassada domina essencialmente a primeira metade do século XX, já que a necessidade de repatriação desses cidadãos pelo Estado Português onerava ainda mais as finanças públicas, as quais atravessam um período extremamente delicado até à estabilização promovida por Oliveira Salazar, durante o Estado Novo. Por exemplo, o Decreto n.º 5624, de 10 de Maio de 1919, base da legislação em matéria de emigração (do período da I República,

Do universo de cerca de 185 000 processos, e após a conclusão do levantamento dos livros de registos, iniciámos o levantamento, no Arquivo Distrital de Viseu, desta fonte documental, tendo até ao momento 18 218 processos de emissão de passaporte levantados. Todavia, apenas com o levantamento total desta documentação e do seu tratamento, poderemos apresentar os dados totais da emigração deste distrito em direcção ao Brasil e a sua caracterização completa.

NOTAS FINAIS

A emigração do distrito de Viseu apresenta, em termos gerais, os mesmos traços que são atribuídos à emigração portuguesa, especialmente em direcção ao Brasil. Ou seja, mesmo apresentando períodos de quebra quanto ao número de efectivos, ela mantém-se contínua e permanente, sendo o principal destino que absorve a quase totalidade desses efectivos. De facto, só na segunda metade do século XX, essencialmente a partir da década de 1960, este destino será substituído, passando a emigração do distrito a ganhar contornos europeus, onde a França passa a constituir o destino primordial.

Genericamente, a emigração viseense para o Brasil pauta-se por ser maioritariamente dominada por indivíduos do sexo masculino, essencialmente jovens, mas onde não podemos considerar como estado civil dominante desse universo o de solteiro, ao contrário da tese genericamente difusa que a emigração portuguesa se caracterizava por homens solteiros que, em muitos períodos, emigravam procurando fugir ao serviço militar. Existe ainda um considerável número de mulheres e de crianças que, ou como acompanhantes ou como titulares de passaportes, viajam na sua maioria ao encontro de familiares (geralmente, familiares directos).

Seria impraticável dizermos que detemos, neste momento, um conhecimento aprofundado da emigração viseense para o Brasil. De facto, o levantamento e tratamento dos livros de registos de passaportes constituem apenas uma fase inicial, mas não de somenos importância. Esta fonte é a base estatística por excelência da emigração legal do distrito de Viseu que, embora incompleta, nos permite traçar um panorama geral da saída de viseenses em direcção ao Brasil, situação relativizada ainda pela existência de lacunas temporais em momentos cronológicos cruciais e de grande saída de portugueses para o território brasileiro.

Conseguir colmatar estas lacunas, através dos processos individuais de registo de passaporte, constitui um trabalho complexo e moroso, que apenas iniciámos, não podendo ainda apresentar um estudo estatístico desta fonte documental.

bem como dos períodos subsequentes), definia que apenas que só era permitido o transporte de emigrantes às companhias ou empresas de navegação nacionais ou estrangeiras que se sujeitassem à repatriação gratuita, em condições de alimentação e acomodações iguais às dos outros passageiros de 3.ª classe, de 3% de emigrantes indigentes embarcados no trimestre anterior, e por metade do preço estabelecido para a viagem, de mais 10% dos embarcados durante igual período que não possuíssem meios de subsistência e de trabalho.

Finalmente, todo o nosso trabalho de levantamento de registos de passaporte, em ambas as fontes primordiais enunciadas, levanta-nos ainda a questão de conseguir responder a outras exigências de investigação. Primeiro, o registo de passaportes não nos garante que não estejamos a contabilizar diversas vezes alguns indivíduos, que desenvolviam uma emigração quase pendular, entre Portugal e o Brasil. Em segundo lugar, temos ainda que referir a dificuldade que, do lado da investigação portuguesa, existe para conseguir estabelecer os quantitativos dos efectivos da emigração clandestina, quer para o Brasil, quer para outros destinos europeus e mundiais. Em terceiro lugar, resta-nos ainda referir a necessidade de uma investigação aprofundada sobre a evolução socioeconómica do distrito de Viseu. Só com a reunião de todos estes estudos futuros poderemos ter a certeza dum conhecimento fidedigno dos movimentos migratórios do distrito de Viseu, quer para o Brasil, quer da emigração no geral.

FONTES

Arquivo Distrital de Viseu (ADV) – *Livros de Registo de passaportes* (1854-1973).
ADV – *Processos de emissão de passaporte*.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Jorge, 2003 – “Atalhos batidos – a emigração nortenha para o Brasil”. *Revista Brasileira de História*, vol. 23, n.º 45.
- FERREIRA, José M. C.; SCHERER-WARREN, Ilse (org.), 2002 – *Transformações Sociais e Dilemas da Globalização*. Oeiras: Celta Editora.
- KOTHE, Mercedes G., 1994 – “Os imigrantes na América: Isolamento e Integração Nacional”, in CERVO, Amado Luiz; DOPCKE, Wolfgang (org.) – *Relações Internacionais dos Países*. Brasília: Linha Gráfica Editora.
- MAGALHÃES, José Calvet de, 1999 – *Breve História das Relações Diplomáticas entre o Brasil e Portugal*. S. Paulo: Editora Paz e Terra.
- REGO, A. da Silva, 1966 – *Relações Luso-Brasileiras. 1822-1953*. Lisboa: Edições Panorama.
- SANTOS, Paula Marques, 2006a – “A emigração do distrito de Viseu para o Brasil – as principais fontes documentais”, in Martins, Ismênia de Lima; Sousa, Fernando de (org.) – *Portugueses no Brasil: migrantes em dois actos*. Rio de Janeiro: FAPERJ.
- SANTOS, Paula Marques, 2006b – “The Portugal-Brazil Relations (1930-1945) – The relationship between the two national experiences of the Estado Novo”, in *E-journal of Portuguese History*. Vol. 4, number 2, Winter (http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph).
- SANTOS, Paula Marques; Ferreira, Jenifer, 2007 – “A emigração do distrito de Viseu para o Brasil entre as duas guerras mundiais (1918-1940)”, in SOUSA, Fernando de; Martins, Ismênia (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE. p. 319-335.
- SERPA, Élio, 2000 – “Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n.º 39.
- SERRÃO, Joel, 1974 – *A emigração portuguesa*, 4.ª ed. Lisboa: Edições Horizonte.
- SOUSA, Fernando de (dir.), 2005 – *Dicionário de Relações Internacionais*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento.